

**O campo acadêmico da política educacional e o acesso
de transexuais e travestis à educação superior**
**The academic field of education policy and the access
of transsexuals and transvestites to higher education**
**El campo académico de la política educativa y el acceso
de transexuales y travestis a la educación superior**

Tatiane Lima

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campo Grande/MS – Brasil

Carina Elisabeth Maciel

Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) - Campo Grande/MS – Brasil

Resumo

O presente artigo tem por objetivo estabelecer relações entre o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior e o campo acadêmico da política educacional. Desse modo, foi realizada uma busca por produções que discorrem sobre políticas para transexuais e travestis no âmbito da educação superior, em bases de dados. Para o desenvolvimento do objetivo proposto, inicialmente, apresenta-se uma breve discussão teórica acerca do campo acadêmico da política educacional, do contexto histórico de transexuais e travestis e, posteriormente, o levantamento realizado e as discussões decorrentes dos entrelaces do campo com o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior.

Palavras-chave: Educação superior, Políticas educacionais, Transexualidade, Acesso

Abstract

This article aims to establish relationships between access and permanence of transsexual and transvestite students in higher education and the academic field of educational policy. Thus, a search for productions that dialogue on policies for transsexuals and transvestites in the context of higher education was carried out in databases. For the development of the proposed objective, initially, it is presented a brief theoretical discussion on the educational policy academic field, and the historical context of transsexuals and transvestites. Later, we present the survey carried out and the discussions arising from the intersections between the field and the access and permanence of transsexual and transvestite students in higher education.

Keywords: Higher Education, Educational policies, Transsexuality, Access

Resumen

Este artículo tiene como objetivo establecer relaciones entre el acceso y la permanencia de estudiantes transexuales y travestis en la educación superior y el ámbito académico de la política educativa. Así, se realizó una búsqueda de producciones que dialogan sobre políticas para transexuales y travestis en el contexto de la educación superior, en bases de datos. Para el desarrollo del objetivo propuesto, inicialmente se presenta una breve discusión teórica sobre el campo académico de la política educativa, el contexto histórico de transexuales

y travestis, y, posteriormente, la encuesta realizada y las discusiones surgidas del entrelazamiento del campo, con el acceso y la permanencia de estudiantes transexuales y travestis en la educación superior.

Palabras-clave: Educación universitaria, Políticas educativas, Transexualidad, Acceso

1. Introdução

O presente estudo, realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), tem como objetivo estabelecer relações entre o acesso e a permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior e o campo acadêmico da política educacional. Corresponde a uma pesquisa de doutorado em andamento acerca do acesso de transexuais e travestis à educação superior.

Nos últimos vinte anos, concomitante ao crescimento de eventos científicos especializados em educação superior, como os seminários organizados pela Rede Universitas BR e o desenvolvimento do Grupo de Trabalho (GT) 11, na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped), as políticas para o acesso e permanência de determinados grupos historicamente excluídos da educação superior têm marcado o campo das políticas educacionais. Nesse contexto, tem aumentado o número de produções acerca das políticas sociais e da implementação de programas executados durante os governos Lula (2003-2006) e Dilma (2011-2014) (MACIEL; CUNHA JÚNIOR; LIMA, 2019).

As políticas promulgadas que têm sido discutidas são referentes à expansão do acesso à educação superior, como as políticas de cotas para negras/os, para pessoas com deficiências, para estudantes advindas/os de escola pública e/ou que tenham renda familiar bruta igual ou inferior a um salário-mínimo e meio *per capita*. No entanto, quando nos referimos às pessoas transexuais e travestis, o pequeno número de produções evidencia a exiguidade de políticas específicas para essa população no âmbito da educação, como deslindaremos a seguir.

Conforme a tese *A constituição do campo acadêmico da política educacional no Brasil*, escrita pela autora Silvana Stremel e publicada em 2016, o campo acadêmico da política educacional se configura enquanto um campo, cujo contexto histórico (político, social, econômico) demarca sua constituição.

Nessa perspectiva, enquanto produto de uma história, o campo não é neutro, isto é, são diversos os fatores que interferem no desenvolvimento do campo e que contribuem para a elaboração de pesquisas.

O contexto histórico-político é apenas um dos fatores que determinam os objetos de estudos, além das lutas e disputas das/os pesquisadoras/es no interior do campo. Adiante à construção contextual e histórica, são as/os pesquisadoras/es e suas produções que contemplam diferentes dimensões do objeto da política educacional. Por conseguinte, as temáticas indicam interesses específicos, “[...] seja para legitimar uma determinada política, seja para negá-la, de tal modo que as tomadas de posição dos intelectuais nesse campo podem contribuir para certos mecanismos de reprodução social” (STREMEL, 2016, p. 39).

Como o campo acadêmico da política educacional é definido por meio das produções, seja a política educacional enquanto objeto privilegiado de estudos ou em articulações com outras temas, são as publicações em periódicos, os eventos especializados, a criação de associações, a criação de linhas de pesquisas nos cursos de pós-graduação, disciplinas nos cursos de graduação, redes de pesquisa etc. que legitimam o campo.

É em decorrência dessa legitimação, em virtude da grande quantidade de publicações na área e do reconhecimento do campo, que consideramos relevante que haja discussões acerca das políticas que podem contribuir para o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. As associações que compõem o campo, como a Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) e a Anped, são espaços importantes na organização do meio acadêmico e científico, que têm ação reguladora na construção do conhecimento em educação, de modo que podem propiciar maior visibilidade à discussão proposta.

No Brasil, as pesquisas sobre gênero e sexualidade têm obtido notoriedade a partir dos anos 2000, por meio de ações dos movimentos sociais LGBTQIAP+¹ e da promulgação de políticas específicas. No campo intelectual, tais discussões são contempladas, em sua maioria, pelas áreas de conhecimento de ciências sociais, psicologia, antropologia e saúde.

¹ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, Queer, Intersexos, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pansexual/Polisexual.

Na área da educação, ainda é ífero as publicações referentes à essa população, principalmente, às pessoas transexuais e travestis (LIMA; MACIEL, 2018), como mencionado anteriormente. Dessarte, com o objetivo de estabelecer relações entre o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior e o campo acadêmico da política educacional, realizamos um levantamento de produções que dialogam sobre políticas para pessoas transexuais e travestis no âmbito da educação superior, nas respectivas bases de dados: Portal brasileiro de publicações científicas em acesso aberto (OasisBr), Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), Portal de Teses e dissertações Capes/MEC, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e nos GT5 - Estado e política educacional, GT11- Políticas de educação superior e GT23 - Gênero, sexualidade e educação da Anped.

Em nossa busca não nos restringimos ao termo 'política educacional', pois, "[...] há uma variedade de termos/expressões utilizados para indicar que o estudo se trata de política educacional" (STREMEL, 2016, p. 137). Com base na autora, como não há uma expressão considerada mais adequada ou um consenso quanto à designação, para se referir às produções que decorrem acerca de políticas educacionais, selecionamos as produções que apresentam os seguintes termos no título, e/ou que as referenciam no resumo: política(s) relacionada(s) ao aspecto específico, políticas de/da educação e/ou políticas para educação.

Antes de apresentar os resultados do levantamento realizado e as discussões decorrentes dos entrelaces do campo com o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior, elucidamos sobre a constituição do campo acadêmico da política educacional e sua conceituação e, posteriormente, abordamos brevemente o contexto social e político dessa população.

2. O campo acadêmico da política educacional

Para discutir acerca do campo da política educacional, bem como compreender como as/os pesquisadoras/es interpretam e pesquisam as políticas educacionais, compete elucidarmos o conceito de política e suas implicações nas pesquisas do campo.

Com base em Stremel (2016), há diferentes modos de entender o que é política, no entanto, ela não deve ser entendida apenas como documentos, posto que também são processos e resultados, ou seja, “[...] uma definição ampla de política pressupõe considerar também que as razões para as ações e não ações (intencionais ou não) do Estado estão articuladas diretamente às disputas pelo poder” (STREMEL 2016, p. 66).

Sob esse pressuposto, as políticas de educação são definidas no âmbito do Estado em sua relação com a sociedade, como resultado de concepções de Estado, projetos de sociedade e de consensos em torno do que se entende por educação, de acordo com o momento histórico. Em seguimento, as políticas educacionais são mais específicas, identificadas como decisões e desdobramentos das políticas de educação. Nessa direção, nas pesquisas em política educacional, o Estado é um dos elementos que não pode ser desconsiderado, pois,

[...] a pesquisa em políticas educacionais toma a ação do Estado no (não) atendimento às demandas por educação da sociedade e, na via inversa, toma também as próprias demandas sociais como objeto de estudo. É diante dessas demandas que o Estado opera ou não. E a não ação do Estado é sempre uma decisão (Muller e Surrel, 2002), ou seja, a não ação se constitui ela mesma em política, por isso o estudo da ausência de ação do Estado também se constitui em objeto de pesquisa do campo. (SOUZA, 2016, p. 84)

Segundo o autor, no campo de pesquisa em políticas educacionais, há uma relação entre demanda social por educação e o posicionamento, ou não, do Estado diante dessa demanda. Todavia, como a política é mais dinâmica e complexa, na qual infere conflitos econômicos, sociais e a luta de uma determinada classe pelo poder, compete à/ao pesquisadora/or perceber tal movimento. Isso posto, reconhecemos que não há definições universais para a política educacional, dado que essa política enquanto campo e objeto de estudo se define a partir da perspectiva das/os pesquisadoras/es que a interpretam, também em detrimento do contexto histórico (político, social, econômico).

Como exemplo, o campo acadêmico da política educacional emergiu no Brasil a partir da década de 1960, mas foi a partir de 1990m que o campo adquiriu maior autonomia e legitimação. Foram as reformas educacionais de caráter neoliberal, formuladas e implantadas durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que contribuíram para a constituição do campo (STREMEL, 2016).

Contudo, foram as políticas sociais expandidas durante os governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), além da implementação de um conjunto de programas em todos os níveis e modalidades de ensino, que ampliaram os objetos de investigação das/os pesquisadoras/os no campo da política educacional e tornaram sua expansão significativa, demonstrando que esse é um campo ainda recente e em processo de consolidação.

Por conseguinte, nos anos 2000, teve destaque a ampliação das temáticas como: políticas de inclusão, políticas curriculares, qualidade de educação pública, programas oficiais, público-privado na educação etc. Concernente às pesquisas sobre as políticas de acesso e permanência na educação superior, houve um aumento significativo no período de 2012 a 2016 (MACIEL; CÚNHA JUNIOR; LIMA, 2019).

A correlação entre o contexto histórico-político e a composição do campo acadêmico da política educacional expressa os impactos das políticas promulgadas no âmbito da educação, como também aponta as perspectivas e os posicionamentos de quem se dedica à temática. Nesse ponto, confere destacar como, historicamente, tem-se estabelecido o acesso à educação superior.

Desde o período monárquico (1822-1889), o acesso à educação era restrito à classe dominante, dado que fatores como origem rural, escolaridade dos pais, renda familiar, gênero e raça/etnia dificultavam o percurso educacional. Em consequência, a educação superior, mesmo durante a Primeira República (1889-1930), permanecia reservada à classe privilegiada da sociedade, garantindo o domínio social, político e econômico.

A partir da República Populista (1945-1964), houve aumento da oferta e gratuidade pública de ensino. Entretanto, somente com a redemocratização do país, especialmente a partir da aprovação da Constituição Federal de 1988, o tema da democratização do acesso à educação superior obteve notoriedade. Com efeito, estudantes e intelectuais progressistas demandavam maior acesso e permanência na educação superior, uma vez que o acesso ainda continuava restrito aos segmentos privilegiados, principalmente, nas áreas e cursos de maior prestígio social.

Mesmo com a ampliação de oferta da educação superior por meio do setor privado/mercantil, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-

2002), foi a partir do governo Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) (2003-2006) que sucedeu “[...] maior empenho no sentido de incluir os segmentos historicamente deixados à margem do processo de ampliação do direito à educação [...]” (MACIEL; OLIVEIRA; LIMA, 2019, p. 80). Dessa maneira, os programas destinados à expansão, democratização e inclusão na educação superior, além do crescimento do setor privado, marcaram esse período.

Por conseguinte, conforme o contexto histórico-político descrito acima, a condição social e econômica interfere no acesso à educação superior e, conseqüentemente, na constituição do campo da política educacional. A título de exemplo, na Tabela 1, apresentamos os números de matriculadas/os na graduação e pós-graduação, em instituições públicas e privadas, no período de 1990 a 2018.

Tabela 1 - Número de matriculadas/os na graduação e pós-graduação no Brasil

Ano	Graduação	Mestrado	Doutorado
1990	1.540.080	-*	-
1991	1.565.056	-	-
1992	1.535.788	-	-
1993	1.594.668	-	-
1994	1.661.034	-	-
1995	1.759.703	-	-
1996	1.868.529	-	-
1997	1.945.615	-	-
1998	2.125.958	49.387	26.697
1999	2.369.945	54.792	28.895
2000	2.694.245	60.425	32.900
2001	3.030.754	62.253	35.134
2002	3.479.913	63.990	37.728
2003	3.887.022	66.951	40.213
2004	4.163.733	69.190	41.261
2005	4.453.156	73.805	43.942
2006	4.676.646	79.050	46.572
2007	4.880.381	84.356	49.667
2008	5.080.056	88.295	52.750
2009	5.115.896	93.016	57.917
2010	5.449.120	98.611	64.588
2011	5.746.762	105.240	71.890
2012	5.923.838	109.515	74.478
2013	6.152.405	109.720	88.337

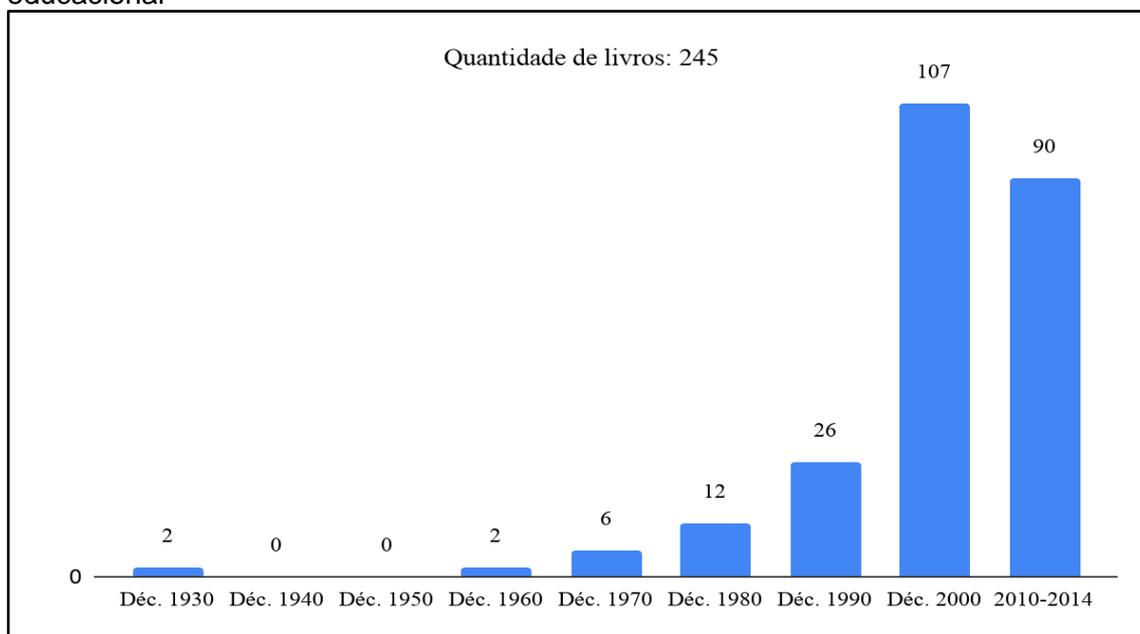
2014	6.486.171	114.341	95.383
2015	6.633.545	120.050	120.207
2016	6.554.283	126.436	107.640
2017	6.529.681	129.220	112.004
2018	6.394.244	131.607	114.867

Fonte: Elaborada pela/or autora/or a partir do Censo da Educação Superior (Inep) e da base de dados GeoCAPES dados estatísticos.

(*) Dados não encontrados.

Como exposto acima, houve um crescimento nos números de matriculadas/os nos cursos de graduação e pós-graduação, sobretudo a partir de 1998. Consideramos que esse crescimento esteja associado às políticas de acesso que foram promulgadas, conforme mencionado anteriormente. Em consequência, essa expansão do acesso também pode ter refletido na quantidade de produções publicadas, tanto em relação aos objetos de estudo, quanto ao aumento de pesquisadoras/es no campo, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1 - Quantidade de livros cujos títulos mencionam se tratar de política educacional



Fonte: Organizado por Stremel (2016) com base no levantamento realizado nos acervos digitais de bibliotecas de universidades brasileiras.

O Gráfico 1 sintetiza o número de produções que tratam de política educacional, identificadas pelo título, publicadas no período de 1935 a 2014. Ainda que o levantamento realizado, com base nos acervos digitais de bibliotecas brasileiras, inclua apenas os livros e obras oficiais, é possível

observar o aumento significativo de produções especialmente a partir dos anos 2000. Segundo Stremel (2016),

[...] a expansão do campo é marcada pelo cenário de mudança e de abertura política no país, o que influenciou significativamente as tendências das análises das pesquisas desenvolvidas diante dos processos de reforma de Estado, enfocando aspectos concernentes às mudanças no papel do Estado e a relação Estado e políticas públicas na área da educação, políticas e programas (formulação, implementação e avaliação de políticas), políticas e gestão educacional e escolar, financiamento da educação, entre outros. (STREMEL, 2016, p. 137)

Determinados fatos históricos, como o processo de redemocratização do país e a expansão de políticas neoliberais, contribuíram para a expansão do campo da política educacional, tornando a relação entre o Estado e as políticas públicas na área da educação um dos focos de análise das produções. Nessa conjuntura, as pesquisas em políticas educacionais não devem ser analisadas de modo isolado, isto é, fora do contexto histórico, visto que integram o movimento e a contradição das ações inerentes às políticas.

3. Políticas educacionais e o acesso de transexuais e travestis à educação superior

O acesso de pessoas transexuais e travestis à educação superior tem sido delimitado em virtude da construção social e histórica do que é homem e mulher, determinada a partir da matriz biológica feminino/masculino e de concepções morais e religiosas, que estigmatizam e excluem as identidades de gênero que não correspondem à norma imposta.

Nessa perspectiva, transexuais e travestis são excluídas/os de ambientes sociais e de terem os direitos fundamentais garantidos, por serem associados ao pecado, à marginalidade e à patologia.

Essas associações foram estabelecidas historicamente em decorrência da grande quantidade de pessoas que se identificavam travestis, trabalhavam na prostituição e/ou estavam em situações de vulnerabilidade, e da categorização da transexualidade como patologia pela medicina, classificada como “disforia de gênero” no Manual Diagnóstico e Estatístico de Doença Mental (DSM 5) desde 2013.

No entanto, as condições de vulnerabilidade dessa população ocorrem em razão da própria exclusão e da violação de direitos, como a negação de

acesso à educação, à saúde e ao mercado de trabalho formal. Ou seja, por serem destoantes da norma do que é ser homem e mulher, as pessoas transexuais e travestis são postas/os à margem das relações sociais, e, por essa marginalização, são estigmatizadas/os e excluídas/os de determinados ambientes, para então serem incluídas/os de outro modo.

Como a sociedade capitalista exclui para incluir e, seguindo sua própria lógica, essa reinclusão ocorre no plano econômico, no tocante às vivências de transexuais e travestis, a exclusão pode ocorrer de modo estrutural. Primeiro são excluídas/os do ambiente familiar, do ambiente escolar, do mercado de trabalho, até serem excluídas/os de terem direitos garantidos, para, posteriormente, serem incluídas/os no mercado de trabalho informal e/ou na prostituição.

Por consequência, transexuais e travestis podem ter dificuldade para concluir o período de escolaridade obrigatória e ingressar na educação superior. Todavia, em razão das ações do movimento LGBTQIAP+ por garantia de direitos, concomitantemente à implementação das políticas de educação superior durante o período de 2003 a 2016, uma parcela dessa população alcançou maior visibilidade social e política. Além disso, acessaram essa modalidade de ensino a partir das cotas por renda, escolaridade e/ou raça/etnia, conforme evidenciado na pesquisa de Scote (2017).

Embora as demandas do movimento LGBTQIAP+ tenham obtido notoriedade desde a década de 1990 devido à articulação entre movimento e governo para o enfrentamento da epidemia de HIV/Aids, as demandas das pessoas transexuais e travestis obtiveram visibilidade política e científica a partir dos anos 2000. Sobrepondo o âmbito educacional, as portarias e resoluções concernentes ao uso do nome social e ao uso do banheiro foram implementadas em escolas públicas e universidades somente a partir de 2008.

Em 2008, por meio da Portaria nº 016, o Pará foi o primeiro estado a elaborar uma política pública educacional para a inclusão do nome social no ato da matrícula. No mesmo ano, por meio da Resolução CME/BH nº 002, Belo Horizonte foi a primeira cidade a aprovar, no Conselho Municipal de Educação (CME), uma normativa para legitimar o uso do nome social em escolas municipais. Atualmente, 24 dos 26 estados brasileiros têm normativas e resoluções sobre a autorização desse direito em escolas municipais e estaduais.

Em relação à educação superior, como as universidades públicas têm autonomia para elaborar resoluções internas, a primeira instituição a implantar uma resolução dispondo sobre a inclusão do nome social de estudantes e servidoras/es transexuais e travestis foi a Universidade Federal do Amapá (Unifap), em 2009. Desde 2016, de 63 universidades federais, em média, 50 têm resoluções a respeito do uso do nome social (LEWER, 2016).

Concernente às reservas de vagas, em 2018, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) foi a primeira instituição a dispor um processo seletivo com reserva de vagas para indígenas, quilombolas e transexuais e travestis. No ano seguinte, a Universidade do Estado da Bahia (Uneb) adotou o sistema de cotas na graduação e pós-graduação, de todos os processos seletivos abertos pela instituição, para transexuais e travestis, quilombolas e pessoas com deficiência.

No que tange às reservas para a pós-graduação, em 2017, a Universidade Federal da Bahia (Ufba), por meio da Resolução nº 01, aprovou a adoção de cotas no ingresso da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) para pessoas transexuais e travestis. Em 2019, o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (UNB), por meio do edital nº 01, também dispôs vagas para mestrado e doutorado.

Além das políticas citadas, também foram elaboradas a Portaria MEC nº1612/2011, que assegura às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha do tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Ministério da Educação; a Resolução nº 12/2015, pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos dos Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, que estabelece parâmetros para a garantia de condições de acesso e permanência de pessoas transexuais e travestis em instituições de ensino; e o Parecer CNE/CP nº 14/2017, que autoriza o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica de todo país.

Contudo, ainda que representem uma conquista do movimento LGBTQIAP+ no reconhecimento de direitos para essa população, tais resoluções e portarias produzem uma inclusão precária. Devido à inexistência de uma legislação federal, não há garantia da obrigação e efetivação desse direito, o que configura essas resoluções como políticas de governo, ao invés de políticas

públicas. Portanto, podem ser extintas a partir de mudanças conjunturais na política estatal.

Ademais, qualquer ação política a respeito da garantia de direitos para a população LGBTQIAP+ tem sido alvo de resistência por parte de parlamentares religiosos, que obstaculizam a efetivação de projetos. Como exemplo, em 2016, Dilma Rousseff assinou o decreto nº 8.727, que permite o uso do nome social no serviço público federal. Em contrapartida, deputados federais apresentaram o Projeto de Decreto Legislativo 396/16 para suspender o direito concedido.

Outro exemplo ocorreu em 2017, quando a Base Nacional Comum Curricular só foi aprovada, após a remoção da palavra “gênero”, devido à pressão por parte de parlamentares religiosos.

Também cabe pontuar a escassa quantidade de dados oficiais, como por parte do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) ou do Ministério da Educação (MEC), sobre como e quantas/os transexuais e travestis ingressam na educação superior anualmente. Sem esses dados no Censo de Educação Superior, além de invisibilizar a existência desse grupo, é difícil reconhecer se as políticas existentes são eficazes para o acesso e permanência. Portanto, são os levantamentos realizados por associações², pesquisas acadêmicas e as notícias em mídias sociais que contabilizam e divulgam sobre a vivência de transexuais e travestis na educação superior.

A título de exemplo, a reportagem *No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans*, escrita pelas/os jornalistas Bianca Gomes, Caio Faheina e João Ker em 2019, divulgou que transexuais e travestis representam cerca de 0,1% do total de 420 mil estudantes (que corresponde a 78%) das universidades federais, a partir de um levantamento realizado em 2018 pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), em parceria com Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil (Fonaprace).

Embora o número de transexuais e travestis que acessam a educação superior seja pequeno, de acordo com uma pesquisa realizada por Silva (2017), a presença dessas pessoas tem contribuído para a elaboração das resoluções

² Como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra), a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (Abglit) e a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

acerca do nome social e do uso do banheiro, de acordo com a identidade de gênero.

Segundo a autora, foram as reivindicações de estudantes transexuais e travestis que motivaram a aprovação de tais políticas na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), na Universidade Estadual do Paraná (Unespar) e na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Todavia, ela também apontou relatos de estudantes que, mesmo com a autorização do uso do nome social, houve professoras/es que se recusaram a utilizar o nome em sala de aula.

Nessa perspectiva, reconhecemos que a luta política de pessoas transexuais e travestis pela conquista de direitos engendra avanços e retrocessos nas políticas e nas relações sociais, compondo novas demandas e transformando o contexto histórico, político e cultural.

Por conseguinte, no próximo tópico temos como objetivo discutir como esse processo ocorre no campo acadêmico da política educacional, posto que, como pontuado anteriormente, o campo expressa o contexto histórico-político, a partir de perspectivas e posicionamentos de quem o compõe.

4. O campo acadêmico e o acesso de transexuais e travestis na educação superior

No que tange às produções acerca das pessoas transexuais e travestis, ponderamos que o contexto social e político dessa população interfere nos objetos de estudo das pesquisas acadêmicas.

No início dos anos 2000, as produções publicadas estavam centradas no contexto da epidemia da Aids e da prostituição. Atualmente, devido à luta do movimento LGBTQIAP+ por reconhecimento de direitos e as possibilidades de conclusão da educação básica e acesso à educação superior, as produções também têm abordado a ampliação de políticas específicas para essa população.

Sob essa perspectiva, considerando que o contexto histórico-político é um dos fatores que determina os objetos de estudos do campo da política educacional, indagamos se os avanços e retrocessos das políticas para transexuais e travestis no âmbito da educação também tenham começado a emergir no campo acadêmico da política educacional.

Com o objetivo de estabelecer relações entre o acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior e o campo acadêmico da política educacional, buscamos por produções que dialogam sobre políticas para transexuais e travestis no âmbito da educação superior nas bases de dados: OasisBr, SciELO, Portal de Teses e dissertações Capes/MEC, BDTD e nos Grupos de Trabalho 5 - Estado e política educacional, Grupo de Trabalho 11 - Políticas de educação superior e Grupo de Trabalho 23 - Gênero, sexualidade e educação da Anped³.

A partir dos descritores: política, educação, transexua* e travesti*⁴, selecionamos os trabalhos em que constam política educacional, política e/ou educação, acesso, permanência, transexuais, travestis e/ou educação/ensino superior nos títulos e/ou resumos, e elaboramos o Quadro 1,

Quadro 01 - Produções que dialogam sobre as políticas para estudantes LGBTQIAP+ no âmbito da educação

Ano de publicação	Título da produção	Autoras/es	Trabalho	Área de conhecimento	Bases de dados
2014	Políticas educacionais, direitos humanos e diversidade sexual: Há lugar LGBT na educação?	José Baptista de Mello Neto	Tese	Educação	Capes
2015	Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação	Bianca Salazar Guizzo e Jane Felipe	Artigo	Educação	Anped GT 23

³ No site da ANPEd não há um mecanismo de busca por palavras-chave, para tanto, buscamos nas páginas de cada reunião anual da ANPEd (38 reuniões ao todo), por trabalhos que tivessem escrito política educacional/ política e/ou educação, acesso, permanência, transexuais, travestis e/ou educação/ensino superior nos títulos.

⁴ Com a finalidade de filtrar as produções acadêmicas, utilizamos os descritores 'políticas', 'educação', 'transexua*' e 'travesti*'. O uso do asterisco no final da palavra é necessário para a busca, pois engloba as palavras que estão no plural e as que terminam com -dade, tal como transexualidade e travestilidade.

2016	A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014	José Antonio Correa de Souza	Dissertação	Educação	BDTD
2017	Impactos da 'ideologia de gênero' na geração de políticas educacionais para a população LGBT	Jasmine Moreira	Artigo	Educação	Anped GT 23
2017	Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná: coalizões, permanências e persistências	Aline Oliveira Gomes da Silva	Dissertação	Ciências sociais	Capes

Fonte: Elaborado pela autora a partir de SciELO, Anped, Oasisbr, Capes e BDTD.

No quadro acima, dispomos todos os trabalhos em que constam os termos políticas educacionais e/ou políticas na/para educação no título e/ou no resumo, mesmo que não haja delimitação às pessoas transexuais e travestis e à modalidade educação superior, para evidenciar como os debates acerca dessas pessoas têm se constituído no campo. Como resultado, nota-se que quatro das cinco produções publicadas abrangem toda a população LGBTQIAP+, não se limitam à educação superior e estão centradas na área da educação.

Conforme o quadro, compreendemos que, com a visibilidade do movimento LGBTQIAP+ e os avanços e retrocessos das políticas no âmbito da educação, discussões sobre o direito dessa população à educação têm emergido no campo da política educacional. Portanto, entendemos que a luta do movimento social por políticas, concomitantemente à negação e oposição de direitos, desdobram-se em contradições que modificam o contexto histórico-político e permeiam o campo acadêmico.

Como exemplo, as três primeiras produções analisam se a consolidação do Programa Brasil sem Homofobia (2004), do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009) e do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) (2010) foram eficazes na implementação de ações com vistas à conscientização e à promoção da equidade de gênero, identidade de gênero e orientação sexual no ambiente escolar.

Esses documentos, que obtiveram respaldo na Constituição de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e nos Princípios de Yogyakarta (2006), apontam que as bases de suas diretrizes se fundamentam na garantia de direitos para a população LGBTQIAP+, com o intuito de intervir nas ações do Estado para a promoção da cidadania e respeito às diferenças. Entretanto, as propostas dos documentos foram realizadas sem homogeneidade no território brasileiro, com verbas escassas e sem monitoramento ou avaliação.

Desse modo, as produções apontam que os avanços relativos às propostas governamentais foram concernentes à visibilidade do movimento LGBTQIAP+. Com a elaboração e divulgação dos programas, outras demandas, além da área da saúde, tornaram-se pautas públicas e debates acadêmicos. Ainda que a efetivação das políticas para essa população se concentrasse em capitais e cidades cujo movimento social fosse maior e ativo, decretos, portarias e resoluções no âmbito da educação foram discutidas e implementadas durante os governos Lula e Dilma.

Todavia, as concepções morais e religiosas, que determinam as relações sociais, contribuem para um ambiente escolar hostil às diferenças, enquanto a oposição parlamentar religiosa obstaculiza o avanço de políticas para o reconhecimento de direitos e para promoção de discussões sobre a igualdade de gênero na escola. Nesse segmento, como fora analisada pela quarta produção selecionada, tem-se como exemplo a retirada de questões relacionadas à igualdade de gênero de alguns planos de educação municipais e estaduais no ano de 2014.

Esses conflitos, disputas e antagonismos sucedidos no contexto político também integram a dissertação *Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná: coalizões, permanências e persistências*, escrita pela autora Aline Oliveira Gomes da Silva. Conquanto, essa é a única

produção que se dedica especialmente ao contexto histórico, social e político de pessoas transexuais e travestis, pois converge sua atenção para o processo de regulamentação do uso do nome social nas universidades públicas.

A dissertação destaca que o reconhecimento do nome social pode contribuir para o acesso e permanência de transexuais e travestis na educação superior, tal como o acesso dessas pessoas contribui para a implementação de resoluções e demais iniciativas relacionadas à inclusão, que transitam pelo combate ao preconceito, desigualdades, violência e outras ações que visam a invisibilizar e excluir.

Nessa perspectiva, a autora analisa que a universidade, por meio de reivindicações das/os próprias/os estudantes, está se tornando mais acessível e democrática frente a grupos historicamente excluídos dessa modalidade de ensino.

Consoante ao período de publicação e ao conteúdo das produções apresentadas, reconhecemos que o contexto histórico e político de transexuais e travestis abordado no tópico anterior delinea as pesquisas do campo da política educacional. No entanto, dada à limitada quantidade de publicações, consideramos que, pelo campo acadêmico não ser neutro, outras questões interferem nos objetos de investigação. Desse modo, compete ressaltar quem são as/os pesquisadoras/es que se dedicam à temática, uma vez que são essas/es que se opõem às concepções morais e religiosas impostas, que ocupam os espaços institucionais e que constituem o campo da política educacional.

Dentre as produções selecionadas, a autora Jasmine Moreira, cuja pesquisa foi publicada na Anped, se reconhece transgênera⁵, enquanto o autor José A. C. de Souza é professor e afirma ter presenciado situações de preconceito na escola, como também já as vivenciou⁶.

As/os outras/os pesquisadoras/es, ainda que não se reconheçam LGBTQIAP+ ou não o tenham exposto em suas produções, participam de movimentos sociais que envolvem discussões sobre gênero e sexualidade, têm

⁵ Informação publicada na introdução da dissertação *Janelas fechadas: o percurso da pauta LGBT no PNE 2014*, escrita pela própria autora.

⁶ Informação publicada na introdução da dissertação *A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014*, escrita pelo próprio autor.

alunas/os que recorreram às resoluções de nome social, ou se interessam pela temática devido à promulgação das políticas públicas.

Com base na realidade social das/os autoras/es, ponderamos que quem tem se dedicado a estudar as contradições das questões políticas para a população LGBTQIAP+ perpassa as concepções morais e religiosas impostas por conhecer, e até vivenciar, situações de preconceito no âmbito da educação.

Por conseguinte, compreendemos que o acesso e a permanência de estudantes LGBTQIAP+ na educação básica e na superior interfere tanto na definição dos objetos de estudo, quanto em quem constitui o campo da política educacional. Entretanto, como consequência do processo histórico de exclusão que dificulta o pleno acesso de transexuais e travestis à educação, as pesquisas sobre essa temática ainda se configuram como uma preocupação científica relativamente nova.

Sob esse aspecto, consideramos que à medida que o acesso e a permanência na educação superior se expandem para essas pessoas, o campo da política educacional se transforma, de acordo com as novas demandas. Não obstante, outro aspecto que incube darmos importância são os espaços institucionais, tais como associações científicas, periódicos especializados, eventos específicos e redes de pesquisa, que constituem, definem e dão legitimidade ao campo.

Dentre as produções expressas no Quadro 01, somente duas foram apresentadas e publicadas no GT 23 - Gênero, sexualidade e educação da Anped. Mesmo que não estejam no GT 5 - Estado e Político Educacional, grupo de trabalho específico sobre política educacional, ter produções publicadas na Anped já contribui para a propagação da temática e para o campo da política educacional, dado que outros GTs também recebem produções relacionadas à política educacional de acordo com a sua especificidade.

As publicações na Anped viabilizam maior reconhecimento e propagação da temática pelo fato de a associação ter notoriedade na organização do meio acadêmico-científico e na construção de conhecimento em educação. Ademais, pela posição de legitimação que a Anped ocupa, a influência mútua entre o campo acadêmico e o Estado também pode implicar no reconhecimento e avanço de demandas políticas. Assim como o contexto político influencia os

objetos de estudo, o Estado também é influenciado pela ação política constatada nas publicações acadêmicas das/os pesquisadoras/es (STREMEL, 2016).

Contudo, tendo em vista a exiguidade de produções publicadas entre 2000 e 2017, consideramos que o contexto histórico estigmatizado de transexuais e travestis e os conflitos sucedidos no âmbito político, como a ascensão do conservadorismo, delimitou as discussões nos espaços institucionais. Esses espaços, que utilizam um aparato institucional assegurado pelo Estado, também são mobilizados e determinados por disputas de interesses que, por não viabilizar essas questões, contribuem para a manutenção das normas socialmente impostas.

5. Considerações finais

Os entrelaces do acesso e permanência de transexuais e travestis na educação superior com o campo acadêmico da política educacional evidenciam que o contexto histórico e político dessa população interfere nos objetos de investigação das pesquisas, embora haja determinações que tendem a regular o campo.

Como historicamente, pessoas transexuais e travestis têm sido excluídas de determinados espaços sociais, o seu acesso e a permanência na educação superior é recente, por conseguinte, as produções sobre essa temática ainda se configuram como uma preocupação científica relativamente nova.

Ademais, à medida que o campo acadêmico da política educacional se constitui pela/os pesquisadoras/es e suas produções publicadas, além do contexto histórico (político, social, econômico) que interferem nos objetos de estudo, analisamos quem são as/os autoras/es das cinco produções selecionadas. Nessa perspectiva, reconhecemos que quem tem se dedicado às questões políticas da população LGBTQIAP+ são professoras/es que conhecem, e até vivenciam, situações de preconceito no âmbito da educação.

Por fim, em virtude da grande quantidade de publicações na área e do reconhecimento do campo da política educacional, consideramos que ter essas discussões em espaços institucionais, tais como associações científicas, periódicos especializados, eventos específicos e redes de pesquisa, podem propiciar maior visibilidade e avanços nas demandas políticas do movimento LGBTQIAP+, notadamente às pessoas transexuais e travestis.

Referências bibliográficas

GOMES, Bianca; FAHEINA, Caio; KER, João. *No ensino superior, o espelho da exclusão de pessoas trans*. 2019. Disponível em: <https://arte.estadao.com.br/focas/capitu/materia/no-ensino-superior-o-espelho-da-exclusao-de-pessoas-trans>. Acesso em: 02 ago. 2021.

GUIZZO, Bianca; FELIPE, Jane. Avanços e retrocessos em políticas públicas contemporâneas relacionadas a gênero e sexualidade: entrelaces com a educação. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd*, 37., 2015, Florianópolis. *Anais ...* Florianópolis: ANPEd, 2015. Disponível em: <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/avancos-e-retrocessos-em-politicas-publicas-contemporaneas-relacionadas-genero-e>. Acesso em: 02 ago. 2021.

LEWER, Laura. *13 universidades federais não têm resolução para uso do nome social*. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/14-universidades-federais-nao-tem-resolucao-para-uso-do-nome-social.ghtml>. Acesso em: 02 ago. 2021.

LIMA, T.; MACIEL, C. Acesso e permanência de estudantes transexuais e travestis na educação superior. *In: SEMINÁRIO REGIONAL CENTRO-OESTE DA ANPAE*, 2018, Campo Grande/MS. *Anais...* Campo Grande/MS: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://www.seminariosregionaisanpae.net.br/numero3/Capitulo01.html> Acesso em: 02 ago. 2021.

MACIEL, C.; CUNHA JÚNIOR, M.; LIMA, T. A produção científica sobre permanência e evasão na educação superior no Brasil. *Educação e Pesquisa*, v. 45, e198669, set. 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ep/article/view/162661> Acesso em: 02 ago. 2021.

MACIEL, C.; OLIVEIRA, J. ; LIMA, T. O direito à educação superior no Brasil: políticas de acesso e permanência em questão. *In: OLIVEIRA, Regina (Org.). Educação e democracia: Políticas e direitos sociais*. Campo Grande/MS : Ed. Oeste, 2019. p. 77-96.

MARX, Karl. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martín Claret, 2000.

MARX, Karl. *Miséria da filosofia*. São Paulo: Ícone, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

MOREIRA, Jasmine. Impactos da 'ideologia de gênero' na geração de políticas educacionais para a população LGBT. *In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPEd*, 38ª, 2017, São Luís. *Anais...* São Luís: ANPEd, 2017. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao/trabalho_38anped_2017_GT23_674.pdf. Acesso em: 02 ago. 2021.

NETO, José Baptista de Mello. *Políticas educacionais, direitos humanos e diversidade sexual: há lugar LGBT na educação?*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

SCOTE, Fausto Delphino. *Será que temos mesmo direito a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2017.

SILVA, Aline Oliveira Gomes da. *Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná: coalizões, permanências e persistências*. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. A política educacional e seus objetos de estudo. *Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa*, v. 1, n.1, p. 75-89, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/retepe/article/view/10450/5906>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SOUZA, José Antonio Corrêa de. A política educacional brasileira em interface com a diversidade sexual no período de 2003 a 2014. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2016.

STREMEL, Silvana. *A constituição do campo acadêmico da política educacional*. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2016.

TELLO, César. O campo teórico da política educacional: modelos, abordagens e objetos de estudo. *Revista de Ciências Humanas - Educação*, v. 16, n. 26, p. 140-158, jul. 2015. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/1746>. Acesso em: 09 mai. 2023.